



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Dep. Célia Xakriabá)

Requer realização de Audiência Pública para debater o Acordo de Escazú, a Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos e os Povos e Comunidades Originárias e Tradicionais.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater o Acordo de Escazú, a Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos e os Povos e Comunidades Originárias e Tradicionais.

Sugere-se que sejam convidados(as) as representações das organizações, movimentos e associações abaixo identificadas:

1. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
2. Coordenação-Geral do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - PPDDH;
3. Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos;
4. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB;
5. Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos –CONAQ;
6. Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA;
7. Coordenação do Programa de Proteção aos Defensores(as) de Direitos Humanos de Minas Gerais (PPDDH/MG);
8. Instituto Zé Cláudio e Maria - Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos - Pará.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

JUSTIFICAÇÃO

Dados da Comissão Pastoral da Terra mostram que, em 2023, quase 1.000 conflitos no campo foram registrados já no primeiro semestre. Neste mesmo período o número de assassinatos, por sua vez, caiu pela metade em relação ao ano de 2022, mas ainda são preocupantes.

Esses dados, infelizmente, não são isolados e representam conflitos desiguais de poder que atingem, sobretudo, povos indígenas, trabalhadores rurais, agricultores familiares, comunidades negras rurais, e diversos povos e comunidades tradicionais. São os povos Indígenas, por exemplo, os que mais vivenciam conflitos: em 2022, os territórios indígenas foram vítimas de quase 30% dos conflitos comparados aos demais grupos.

Ataques diretos à vida também têm sido frequentes, entre 2019 e 2022, mais de 800 assassinatos de lideranças indígenas foram registrados no Brasil. A Morte de Mãe Bernadete, neste ano de 2023, mostra que as comunidades quilombolas também têm sido alvo de processos de violência, notadamente de cunho racista, e com intenção de desterritorialização desses povos. Conflitos agrários e violências de gênero estão entre as principais causas dos assassinatos de quilombolas no Brasil.

Em um cenário geral, líderes de movimentos sociais, movimentos populares, comunidades e organizações, jornalistas, assessores, pesquisadoras e militantes socioambientais em geral são ameaçados de diversas formas. Segundo dados, o Brasil é o segundo país mais letal para defensores ambientais em todo o mundo. Em 2022, pelo menos 177 ativistas ambientais foram mortos devido à sua atuação.

A importância desses defensores já foi reconhecida no Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, o Acordo de Escazú, o primeiro tratado sobre questões ambientais da região, e que inclui diversas disposições sobre defensores e defensoras de direitos humanos em questões ambientais, representando um marco histórico.

O Brasil possui alguns programas de Proteção a Defensores de Direitos Humanos a nível federal e em alguns Estados. No entanto, a continuidade dos assassinatos e relatos de fragilidades e limitações de atuações institucionais nesses programas chama atenção à necessidade de reavaliação desses programas, especialmente com as diretrizes trazidas pelo Acordo de Escazú.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)



Nesse sentido, é fundamental ouvir organizações que atuam no âmbito da proteção e também organizações e comunidades que passaram ou passam por situações de conflitos e que demandam proteção, justificando-se, assim, a realização desta Audiência. Conta-se com o apoio de deputadas e deputados desta Comissão na aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, de dezembro de 2023.

CÉLIA XAKRIABÁ

DEPUTADA FEDERAL - PSOL/MG

Apresentação: 04/12/2023 11:40:58.453 - CPOVO

REQ n.95/2023

